



8 de março e a luta pela libertação das mulheres: contribuições às análises feministas da conjuntura na atualidade

por **Joana Emmerick***, feminista, integrante do Pacs e do Fórum Estadual de Combate à Violência contra as Mulheres - RJ, graduada em Relações Internacionais pela PUC-Rio e mestra em Ciências Sociais pela UERJ

*agradeço a leitura e comentários prévios de Isabel Mansur e das companheiras da equipe do PACS.

O Dia Internacional das Mulheres – 8 de março – é um marco histórico para a luta feminista anticolonialista e por libertação das mulheres. Dentre todas as datas memoráveis e combativas ao longo do ano, é este o momento em que se expressa de forma mais direta a necessidade e o poder de nossa auto-organização para as lutas sociais comprometidas com a transformação desta sociedade capitalista, patriarcal, (altamente) racista, heteronormativa e capacitista em que vivemos.

Neste contexto, escrevo este texto como forma de propor um diálogo com xs companheirxs sobre os significados desta data para o conjunto das lutas emancipatórias vigentes, esperando que contribuam para nossas análises sobre a conjuntura atual e, assim, para a definição dos caminhos a serem trilhados em nossos movimentos. Parto da convicção de que a luta pela libertação das mulheres seja um postulado necessário para a construção de uma sociedade igualitária e justa social e ambientalmente; que a auto-organização das mulheres não deva provocar “divisionismos na classe”, mas que seja condição para a emancipação de todas e todos que tanto almejamos.

>>

Passada a realização da Copa do Mundo, e às vésperas das Olimpíadas, atualmente as análises de muitos movimentos sociais sobre a conjuntura passam pela afirmação da existência de uma crise social total e o subsequente avanço das fronteiras de acumulação do capital. Este marco subjaz não somente as lutas pelo direito à cidade, mas também os embates frente aos avanços dos grandes empreendimentos econômicos sobre os territórios, bens naturais, vide os conflitos ao redor da água, da mineração, relacionados a luta pela terra e moradia digna etc. Em suma, os processos de privatização avançam com ainda mais força sobre as mais diversas dimensões da vida social, sem excluir retrocessos e ataques aos direitos trabalhistas, serviços públicos, contando, para tanto, com a força e violência para o controle dxs trabalhadores, especialmente negrxs, moradores de periferia etc. Porém, onde ficam as análises que focam nos impactos específicos sobre as vidas das mulheres, olhares que partam de nossas experiências de vida?

É comum ouvirmos em alguns espaços de militância falas que parecem opor, por um lado, a luta contra o capital, focando “questões de classe” e, por outro, as lutas contra as “opressões”, baseadas em identidades e especificidades renegadas, como as identidades de gênero. É preciso muito cuidado ao colocarmos nossos problemas desta forma para não correremos o risco de reafirmarmos olhares dicotômicos e que terminam por dissociar “exploração” e “opressão”; olhares que, também nesta seara, reifiquem a clássica separação burguesa entre economia e política ou, pior, economia versus política/cultura. De ambos os lados.



O 8 de março marca o espírito revolucionário e subversivo de luta das mulheres e sua importância para a luta de classes na história. Data que nos lembra o estopim da Revolução Russa de 1917, este marco para a luta feminista socialista logo se tornou um símbolo para as lutas feministas anticapitalistas de uma forma geral (ainda que tal data também seja disputada pelas forças do status quo!). Pelo mesmo, nossa reflexão propõe a necessária transcendência dos olhares e práticas dicotômicas que terminam por reproduzir o cerne da opressão, como já enunciado por Marx, Simone de Beauvoir e muitas outras: a relação de poder entre o que se estabelece como luta universal e particular. Aliás, a reflexão crítica e desnaturalizante sobre a relação entre o universal e o particular é uma contribuição político-filosófica histórica do feminismo.

As mulheres denunciaram, já desde a Revolução Francesa, as (falsas) promessas de igualdade e liberdade do capitalismo na modernidade. Denúncias que revelavam que o status de "sujeito de direitos" (leia-se "homens de direitos") cabia, em geral, aos homens, brancos, heterossexuais, cristãos e da classe proprietária, já que às mulheres, e a outros grupos sociais, concedia-se – e quando - uma cidadania de segunda classe. Vozes críticas que permanecem atuais e hoje avançam ao apontarem as diferenças constituintes dos próprios movimentos de mulheres/feministas, que não são homogêneos, mas perpassados também pelas assimetrias de poder que organizam nossa vida em sociedade.

Pensemos sobre o que significa falar e, portanto atuar, com base em concepções não problematizadas sobre a relação entre lutas universais e lutas específicas quando estas trazem, entre si, hierarquização. Quando não se percebe o que há de particular no universal e vice e versa. São famosas as acusações de que os "problemas das mulheres" são problemas apenas nossos, e não da sociedade como um todo, questões secundárias, ou pior, que focá-los é atuar pelo divisionismo da verdadeira luta de classes. Ora, diferentes concepções sobre a caminhada prevalecem e a divergência é sã, mas vale sempre lembrar: como há muito se enuncia, quando uma mulher avança nenhum homem retrocede. Quando as mulheres em luta avançam, é a classe em luta que o faz. Caminhemos lado a lado e em muitas direções.

Pensemos que falo aqui enquanto mulher, branca, classe média, cisgênero, vivenciando novas experiências quanto a minha sexualidade e entendimento de minhas próprias capacidades corpóreas. Ou seja, lugar de fala marcado por muitos privilégios. Não proponho, no entanto, partir de um lugar de fala universal, apenas problematizar uma questão para debate: o desafio e a necessidade de construirmos olhares totais, abertos e dialéticos, que considerem o conjunto das opressões de forma imbricada quando pensamos a conjuntura que nos cerca e nossas estratégias de luta na atualidade

Ao longo do ano de 2014, nos deparamos com um agravamento do quadro de violência de gênero e contra as mulheres no Rio de Janeiro, incluindo as ofensivas conservadoras sobre os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente nas casas legislativas, que enfrentamos a cada dia. A violência policial nos territórios militarizados que submete especialmente as mulheres negras, seus filhos e companheiros a uma normativa disciplinadora e aniquiladora dos corpos e capturadora das almas. A violência contra mulheres lésbicas e trans. Diante de tantos absurdos com os quais nos deparamos, torna-se cada vez mais latente, para mim, a necessidade de construirmos novos olhares, desde nossas experiências enquanto mulheres diversas, sobre o aprofundamento da ordem patriarcal neste contexto de avanços do capital.

O debate sobre a relação entre capitalismo e patriarcado na origem da opressão às mulheres não é novo. Na década de 70, foi trabalhado por muitas feministas de forma dicotômica. Para umas, a origem da opressão residia no patriarcado, sendo este anterior ao capitalismo e independente deste. Para outras, o advento da sociedade de classes do capital subordinava este sistema de opressão, tornando-se questão secundária frente à centralidade da problemática da exploração. Como resultado, exploração de classe e dominação masculina foram vistos muitas vezes de forma antagônica ou de forma hierárquica entre si. Tais diagnósticos reiteraram uma dicotomia que não consegue expressar a forma específica de desenvolvimento do capitalismo, pois, longe de destruir as relações de opressão anteriores, o capitalismo as incorpora. Se dicotomizarmos a questão, obliteramos a forma como estas se retroalimentam no sistema do capital.

Desde então, muitas feministas materialistas tem assumido outra posição, que caminha no sentido do argumento aqui apresentado. São perspectivas que pensam as experiências das mulheres desde a articulação entre gênero, raça e classe social. Que afirmam que o avanço das fronteiras de acumulação do capital implica, necessariamente, no aprofundamento da ordem patriarcal e racista. Não obstante, em avanços da ofensiva (hetero)normativa burguesa.

Mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana dão uma banana à especulação imobiliária em ato na Vila Autódromo, comunidade ameaçada pelas obras das Olimpíadas Rio 2016 - Março 2015 / Foto: Comitê Popular Copa e Olimpíadas Rio



O desenvolvimento do capitalismo na história não deixa margens de dúvida sobre a relação simbiótica deste com de todas as ditas "opressões", formando um sistema complexo que deve ser entendido em sua totalidade. Ou seja, se quando falamos do capital estamos falando de relações sociais e da forma como se organiza a vida social sob o capitalismo, nossos olhares precisam abranger as múltiplas expressões destas relações, sem hierarquizá-las. Afinal, as hierarquias já são inculcadas a serviço dos que querem nos dominar e dividir, a partir da ideia mistificada de que certas diferenças significam, na verdade, inferioridade (a quem?), de certas pessoas e grupos sociais.

Heleith Saffioti foi uma grande pensadora feminista brasileira, marxista, orientada por Florestan Fernandes, que quase não é conhecida na história. Resgatamos sua crítica sobre os usos do conceito de opressão. Preocupada em não reificar o que percebe como uma divisão entre economia e política, pensa o capital como sendo, ao mesmo tempo, patriarcal e racista, logo, um sistema simbiótico do capitalismo-patriarcal-racista. Para ela, *opressão* não se opõe, portanto, à *exploração*, mas implica uma relação de exploração e de dominação, isto é, trata-se de uma relação dominação-exploração que confere um lugar de subalternidade às mulheres. Não é possível falar de uma coisa sem a outra, mesmo que um lado possa ter mais ênfase num dado contexto.

Se o desenvolvimento do capitalismo implicou a projeção universalizante de um modo de produção particular, gerando mudanças significativas na organização da vida produtiva, também o fez na organização das atividades de reprodução social, inclusive porque, sem esta dimensão, não há vida real possível (nem reprodução da força de trabalho para o desenvolvimento do capital). A divisão sexual do trabalho (e dos sentimentos!), decorrente, que está na base do que entendemos como as desiguais relações de gênero, ou relações sociais de sexo, demonstram que não é possível pensarmos a conformação de identidades e subjetividades subordinadas de forma dissociada das condições concretas que as constituem materialmente e são constituídas por elas.

Pensando sobre os dias de hoje, frente aos processos de acumulação originária e expropriação de direitos que afetam os povos e distintos territórios, do campo às cidades, outra autora traz contribuições relevantes ao debate. A historiadora italiana Silvia Federici (2010) realizou extenso trabalho de pesquisa sobre o processo de transição do feudalismo ao capitalismo – no que se conhece como processo de acumulação primitiva – para entender as mudanças decorrentes na posição social das mulheres. Este processo de "transição" foi marcado pelos processos de proletarianização e inserção da força de trabalho masculina num sistema de assalariamento, pelos "cercamentos"

e expropriação das terras camponesas, pela colonização e escravização dos povos negros e indígenas além-mar, e mais. O diferencial no trabalho da autora é a forma como ela propõe que retiremos o véu de naturalização de um dos capítulos mais aterrorizantes da história: o assassinato de milhares de mulheres via "caça às bruxas" com a Santa Inquisição na Europa e também além mar (e até os dias de hoje). Como este acontecimento pôde passar incólume nas palavras e escritos de tantos intelectuais ao longo do tempo? Quem eram e são as bruxas que tantos temem e que muitas de nós, feministas, reivindicamos? Que sentido a matança generalizada das mesmas tem na história?



Encontramos alguns elementos de reflexão que podem contribuir em nossa empreitada. Primeiro, seu argumento de que naquele período uma forte crise demográfica e na oferta de mão de obra para o desenvolvimento do capital tornava necessário enfraquecer e destruir o controle das mulheres sobre suas funções reprodutivas e sobre o exercício de sua sexualidade, logo, sobre seus corpos, desejos e saberes. Isto é, retirar das mulheres mais libertas o controle sobre suas funções reprodutivas, além de mistificar e reafirmar sua "natural" responsabilidade pela reprodução cotidiana da força de trabalho e pelas formas de reprodução da vida real como um todo (o trabalho não pago das mulheres, no âmbito doméstico e atividades de cuidados, vida familiar, criação dos filhxs, maternidade obrigatória, etc.). E que, com isto, constituía-se uma nova divisão sexual do trabalho, aprofundando a ordem patriarcal (com base no salário) e configurando-se enquanto experiência particular de exploração das mulheres e de sua inserção subordinada no novo modo de produção.

Segundo, que este processo foi possível devido à violência sistemática perpetrada contra elas. Assim, a redefinição das responsabilidades pelas tarefas produtivas e reprodutivas, e das relações sociais de sexo, por conseguinte, foram marcadas e possíveis devido ao aprofundamento da ação disciplinadora da Igreja; da violência sistemática do Estado Nação – em formação – contra as mulheres; pela negligência e incentivo a violência praticada pelos homens como forma de divisão da classe em luta. A violência contra as mulheres traria em si uma economia política própria?

De acordo com a perspectiva defendida pela autora, o período foi marcado por um forte processo de luta popular, no qual as mulheres despenhavam importante papel. Mulheres detentoras de conhecimento sobre as plantas e os processos de cura, com maior autonomia na realização dos partos e também dos abortos, hereges que pregavam justiça social e exerciam com maior liberdade sua sexualidade. Mulheres que, no contexto conflituoso de desenvolvimento do capitalismo, protagonizavam e/ou fortaleciam as resistências populares contra a privatização dos territórios, dos espaços de usufruto coletivo, na luta contra a degradação das condições de vida, contra a inserção forçada de um sistema de trabalho assalariado e as mudanças que lhes atingiam de forma severa, especialmente o processo de empobrecimento que as tornava todavia mais vulneráveis.

Há críticas importantes ao trabalho de Federici (2010), mas, por ora, interessa-nos reter a ousadia das questões e argumentos apresentados por ela, de forma a avançarmos com nossa própria reflexão. Neste sentido, pensar a violência sistemática a que foram submetidas às mulheres naquele contexto pode nos ajudar a refletir sobre a conjuntura atual em que, pautadxs pelo avanço das fronteiras de acumulação do capital, observamos um agravamento da situação de violência enfrentada por nós, mulheres, destacando o forte avanço conservador capitaneado pela multiplicação das ações disciplinadoras da(s) Igreja(s) e do Estado.

Especificamente, parece necessário construirmos olhares desde a economia política feminista ao pautarmos temas relacionados ao direito ao livre exercício da sexualidade, aos diferentes exercícios de maternidade, paternidade e arranjos familiares, o direito de nascer e as possibilidades de humanizarmos nossas formas de nascer e escolher ter ou não filhos, abortar ou não, as inúmeras formas de violência que afetam as mulheres, cis e trans, no campo das relações interpessoais e da violência institucional. A violência contra as mulheres nas periferias, a militarização dos territórios, a precarização do trabalho formal, a luta pela terra, entre tantos outros temas indissociáveis.

As mulheres sempre estiveram nas lutas sociais. A violência a qual somos submetidas não nos impedirá de protagonizar lutas que tangenciam as dimensões mais fundamentais da existência: a luta

Referências

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. – 1ª ed. – Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. **Uma questão de gênero** / Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini (org.) – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.



>>O Pacs entende que debater ideias e pensamento crítico sobre a realidade é um dos momentos envolvidos na atividade de transformar o mundo em que a gente vive. Por isso, acha importante compartilhar reflexões, análises e conteúdos dos temas que pautam nossa atuação com parceiros/as de caminhada. O Massa Crítica é o espaço onde a nossa equipe expõe, problematiza e reflete sobre a conjuntura local, nacional e internacional. Em 2015, passamos a publicar edições mensais! Acompanhe!

pela vida. Esta que implica a luta pelo comum, à luta pelo direito a ser. Água, terra, alimento, cotidiano, afeto e sonhos.

As mulheres, no estopim da Revolução Russa, se levantaram demandando pão. Recordemos de sua ação intransigente, lembremo-nos de todas as bruxas assassinadas até os dias de hoje. Muitas morreram nas fogueiras do inferno-inquisição, nos navios negreiros, nas camas de senhores de engenho. Muitas de nós morrem todos os dias, mesmo que seus corpos continuem circulando pelas ruas das cidades e pelos campos. Nas filas de hospitais, indo de maternidade a maternidade na esperança de parir. Por abortos inseguros. Por agressões físicas e psicológicas de seus pares, nas ruas escuras ou tão claras que ninguém vê o que lhes passa. Tempos difíceis nos rondam. Ataques e retrocessos se apresentam por todas as partes. Mais uma onda de criminalização e violência sistemática? As tentativas históricas de disciplinamento e de apropriação de nossos corpos serão combatidas, afinal nossos corpos são nossos principais espaços de luta e resistência. São nossos territórios.

São muitos os desafios postos para realizarmos leituras sobre a dura realidade que se calça baixo nossos pés. E assim pensarmos nossas estratégias. Desafios para a construção de análises intransigentes, da ordem do exercício prático da sociabilidade alternativa – anticapitalista -, da violência que se acirra contra nós quanto mais livres formos e buscarmos ser.

Lembremo-nos de nossas antepassadas, olhemos para nossas vizinhas e amigas, mulheres presentes em nossas memórias, em nossas danças sob o luar, em nossos partos com autonomia, em nossas ações diretas de enfrentamento, na reapropriação de nossos saberes históricos e criação coletiva de novos conhecimentos, em toda nossa ousadia. Lembremo-nos de que em toda relação assimétrica de poder há sempre espaço para resistência e transformação, individual e coletiva. E que, afinal, se ser bruxa é sinônimo de subversão desta ordem opressora, assumir a magia da classe que luta é fundamental.

Assine: pacsinstituto@gmail.com

Acesse edições anteriores:

<http://www.pacs.org.br/2013/04/25/serie-massa-critica/>